



CEPAL



ONU/HABITAT



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura



Naciones Unidas Programa Mundial de Alimentos



A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO 20 ANOS APÓS A CÚPULA DA TERRA

Avanços, brechas e diretrizes estratégicas para a América Latina e o Caribe



Nações Unidas



RIO+20

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável



A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO 20 ANOS APÓS A CÚPULA DA TERRA

Avanços, brechas e diretrizes estratégicas para a América Latina e o Caribe



RIO+20
 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável



Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto

Joseluis Samaniego
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e
Assentamentos Humanos

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

Este documento, que resume o relatório “A sustentabilidade do desenvolvimento 20 anos após a Cúpula da Terra: Avanços, brechas e diretrizes estratégicas para a América Latina e o Caribe”, foi elaborado sob a supervisão de Alicia Bárcena, Secretária Executiva, e de Antonio Prado, Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A coordenação e a redação geral estiveram a cargo de Joseluis Samaniego, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da CEPAL, com a participação de Márcia Tavares, Carlos de Miguel, Heather Page e Valeria Torres.

Na preparação conjunta do documento aqui sintetizado colaboraram as equipes técnicas dos seguintes organismos, fundos e programas das Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Regional, Programa Mundial de Alimentos (PMA), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial do Turismo (OMT), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Programa de ONU-Água para Promoção e Comunicação no Âmbito da Década, Mecanismo Mundial da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação e Estratégia das Nações Unidas para a Redução de Desastres (EIRD).

O documento contou com o apoio financeiro da Conta para o Desenvolvimento das Nações Unidas e com as contribuições dos organismos, fundos e programas envolvidos.

Índice

Prólogo.....	5
I. Introdução.....	9
II. Avanços em matéria de sustentabilidade	11
A. O ser humano no centro.....	11
B. Economia e sustentabilidade.....	17
C. Fortalecimento do pilar ambiental.....	20
D. Informação para a tomada de decisões e participação da sociedade civil	23
E. Ciência e tecnologia.....	24
III. Brechas	25
A. O ser humano no centro.....	25
B. Economia e sustentabilidade.....	30
C. Fortalecimento do pilar ambiental.....	34
D. Informação para a tomada de decisões e participação da sociedade civil	39
E. Cooperação internacional, comércio, ciência e tecnologia.....	40
IV. Diretrizes para a sustentabilidade.....	45
V. Condições internacionais para avançar nas diretrizes transversais	53
VI. Reflexões finais.....	55

PRÓLOGO

Em dezembro de 2009 a Assembleia Geral aprovou a resolução 64/236, em virtude da qual decidiu organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Esta Conferência será realizada no Rio de Janeiro (Brasil) em junho de 2012, 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, e constitui uma oportunidade histórica para fazer um balanço destas duas décadas, avaliar os avanços obtidos e as dificuldades encontradas e explorar novas formas de cooperação que permitam acelerar a transição para um desenvolvimento sustentável. Os Estados Membros acordaram analisar dois temas principais para a Conferência: a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

O documento que apresentamos está dividido em duas partes: por um lado, avalia os avanços obtidos e as dificuldades encontradas na América Latina e no Caribe na implementação dos compromissos mundiais sobre o desenvolvimento sustentável desde 1992; por outro, propõe diretrizes para transitar rumo a um desenvolvimento sustentável na região.

A aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável por parte da comunidade internacional, divulgado amplamente através da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi uma grande conquista da Cúpula da Terra de 1992. No entanto, 20 anos depois, embora tenha sido registrado um grande progresso, ainda não

se obteve uma mudança no modelo de desenvolvimento que permita avançar simultânea e sinergicamente nas dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento.

A necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, que tenha o valor da igualdade no centro de suas ações e seja capaz de ir adiante de forma simultânea com o desenvolvimento social, o crescimento da economia e a sustentabilidade ambiental, põe a região e o mundo diante de um imperativo de mudança. O desenvolvimento não pode continuar perpetuando a pobreza e a desigualdade, nem deteriorando permanentemente os recursos naturais e os ecossistemas. Existe já uma irrefutável evidência que demonstra que a proteção dos ecossistemas e de seus serviços redonda na qualidade das condições de saúde, de integridade física, de segurança alimentar e de outros aspectos básicos para a segurança humana e para o bem-estar das pessoas e comunidades.

Um problema reiterado e transversal é a resistência ou incapacidade para considerar plenamente todos os custos da atividade econômica nas políticas, normas e decisões de investimento. Daí a multiplicidade de externalidades negativas ambientais e de saúde, origem de quase a totalidade da problemática ambiental. Agravadas essas externalidades pelas altas taxas de desconto do investimento, uma parte importante dos custos da atividade econômica recai desproporcionalmente sobre os mais vulneráveis desta geração e sobre as gerações futuras.

A proposta das Nações Unidas para refletir sobre uma “economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” aspira a catalisar as mudanças requeridas na região. Segundo o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, a economia verde se entende em oposição a uma economia marrom, que parcializa, contamina, exclui e destrói. Uma economia verde é aquela que aumenta e privilegia o bem-estar humano e a equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Com esta proposta, tenta-se reformular as políticas públicas específicas para fomentar um desenvolvimento baixo em carbono, resiliente aos desastres e à mudança climática, criar empregos verdes e integrar nas decisões os custos e benefícios econômicos associados ao uso dos serviços e materiais dos ecossistemas. Numa economia

para o desenvolvimento sustentável é necessário reduzir os impactos ambientais negativos, como as emissões de carbono e a contaminação, mas ao mesmo tempo promover a eficiência no uso da energia e dos recursos e evitar a perda de diversidade biológica e dos serviços dos ecossistemas, conseguindo melhorar o bem-estar das gerações atuais e futuras.

Os acordos internacionais, sejam globais ou regionais, podem e devem contribuir para estes objetivos, favorecendo um ambiente propício e incentivos que garantam uma maior inclusão social, um acesso e intercâmbio justos e sustentáveis de bens e serviços dos ecossistemas e o cuidado dos bens públicos ambientais globais.

Este relatório foi elaborado sob a coordenação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como titular do Mecanismo de Coordenação Regional, em estreita colaboração com os escritórios regionais dos demais organismos do sistema das Nações Unidas, em particular com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), o Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Regional, o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Mecanismo Mundial da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação, o Programa de ONU-Água para a Promoção e a Comunicação no Âmbito da Década e a Estratégia das Nações Unidas para a Redução de Desastres (EIRD).

Confiamos em que este documento estimule e informe os debates sobre o desenvolvimento na América Latina e no Caribe e ajude a gerar um renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável e o estabelecimento de metas que nos permitam avançar como região e contribuir para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Alicia Bárcena

Secretária Executiva
Comissão Econômica para
a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Coordenadora do Mecanismo
de Coordenação Regional

Heraldo Muñoz

Administrador Auxiliar e Diretor Regional
para a América Latina e o Caribe do
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento (PNUD)
Coordenador do Grupo Regional
das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

I. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta uma síntese do relatório *A sustentabilidade do desenvolvimento 20 anos após a Cúpula da Terra: Avanços, brechas e diretrizes estratégicas para a América Latina e o Caribe*, o qual, sob a perspectiva dos organismos do sistema das Nações Unidas na América Latina e no Caribe, analisa os avanços alcançados e as brechas que persistem na implementação dos compromissos sobre o desenvolvimento sustentável desde a Cúpula da Terra de 1992 e propõe diretrizes para um desenvolvimento sustentável.

O quadro de referência para essa avaliação é o conjunto de princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Também são documentos de referência, por haver orientado a execução dos princípios da Declaração, o Programa 21 (1992), o Plano de Aplicação de Johannesburgo (2002) e a Plataforma de Ação do Rio de Janeiro para Johannesburgo (2001); o Programa de Ação de Barbados para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (1994) e a Estratégia de Maurício para a ulterior execução do Programa de Ação para o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (2005); as convenções sobre mudança climática e diversidade biológica assinadas em 1992, assim como os acordos ambientais multilaterais e os compromissos de cooperação internacional refletidos no oitavo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (2000). Os princípios do Rio devem ser interpretados à luz da evolução ao longo do tempo dos conceitos e enfoques adotados pela comunidade internacional em sucessivas cúpulas. Além disso, os compromissos dos Estados em matéria de desenvolvimento sustentável estão estreitamente vinculados com os direitos humanos, se reforçam mutuamente e buscam um mesmo objetivo: o bem-estar humano e a dignidade das pessoas.

É importante reconhecer a existência de diferentes visões do desenvolvimento na região, que refletem a grande diversidade de países, povos e culturas que a compõem. Nos últimos anos, adquiriram importância na esfera jurídica de alguns países as visões e valores dos povos indígenas e as medidas destinadas a melhorar a convivência com a natureza. Levando em conta essa diversidade de visões, as diretrizes propostas não aspiram a proporcionar uma receita única, mas a apresentar um conjunto de recomendações que podem ser consideradas pelos países em seu caminho rumo a um desenvolvimento mais sustentável e que se baseiam em características observadas de maneira transversal na região. A forma como estas serão aplicadas deverá ser definida, entre outros fatores, à luz dos acordos adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (conhecida como Rio+20).

A região chega à Rio+20 numa situação muito distinta da que imperava quando foi realizada a Cúpula da Terra. Em 1992, a região estava saindo de uma “década perdida” de baixo crescimento, alta inflação e restrições no balanço de pagamentos relacionadas com o endividamento externo. Na atualidade, apesar da recente crise econômica mundial e sem desconhecer seu grave impacto, sobretudo para os países do Caribe, a região completa quase uma década de crescimento relativamente elevado, a inflação está controlada em quase todos os países e, em geral, há estabilidade econômica. A situação econômica, combinada com um novo conjunto de políticas sociais, permitiu reduzir a pobreza. Os preços dos principais produtos de exportação da região continuarão altos, os Estados estão fortalecidos e a região ocupa um lugar cada vez mais importante na economia mundial. Alguns países começaram a robustecer suas políticas de desenvolvimento produtivo, inovação, ciência e tecnologia e a retomar o planejamento do desenvolvimento. Em grande parte da região, ainda existe a oportunidade de aproveitar o bônus demográfico para tornar efetivos os investimentos na universalização do acesso a serviços básicos e educação de qualidade. A América Latina e o Caribe, portanto, estão em melhores condições do que nunca para estabelecer as bases da mudança rumo à sustentabilidade.

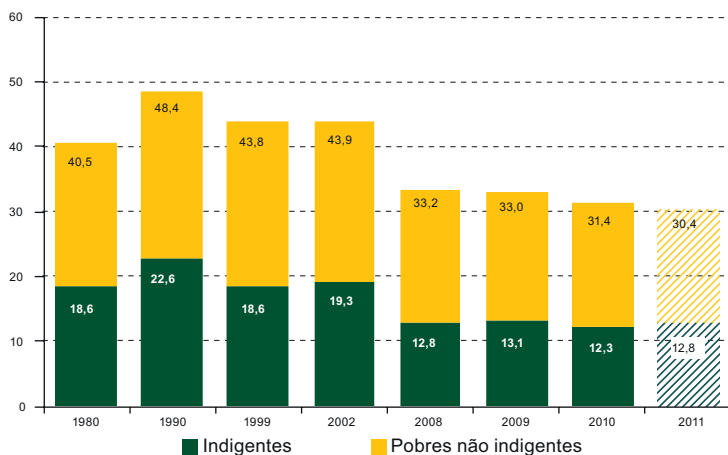
II. AVANÇOS EM MATÉRIA DE SUSTENTABILIDADE

Em matéria de sustentabilidade do desenvolvimento na América Latina e no Caribe, observam-se avanços e retrocessos nas últimas duas décadas. Adiante, apresentam-se algumas mudanças positivas.

A. O ser humano no centro

- Entre 1990 e 2010 a pobreza diminuiu 17 pontos percentuais, passando de 48,4% para 31,4% (veja o gráfico 1).

Gráfico 1
AMÉRICA LATINA E CARIBE (19 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA, 1980-2011^a
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

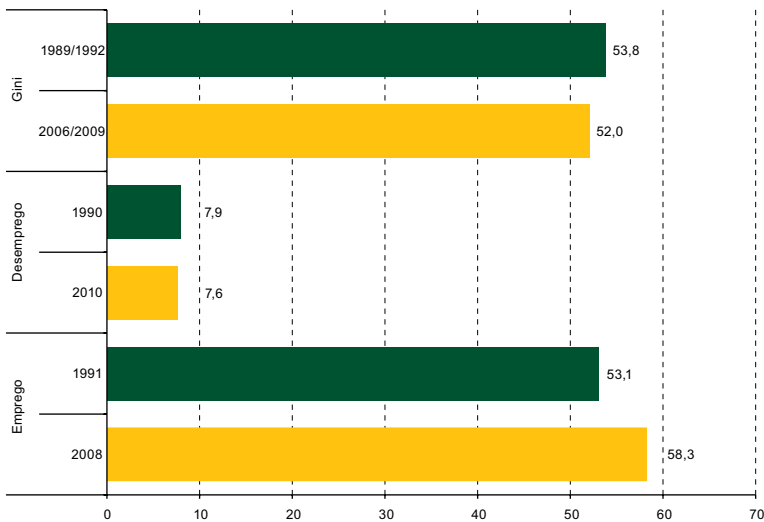
^a Estimativa para 18 países da região mais o Haiti. As cifras que aparecem sobre as seções superiores das barras representam a porcentagem total de pessoas pobres (indigentes mais pobres não indigentes). As cifras sobre 2011 correspondem a uma projeção.

- Ainda que em menor medida, nos últimos 20 anos também se registraram avanços em matéria de desigualdade e emprego. Entre o começo da década de 1990 e por volta de 2009, o coeficiente de Gini, que mede desigualdades na distribuição da renda, registrou uma melhoria, passando de 0,538 para 0,520. Embora muito pequena, esta melhoria é relevante numa região em que sempre foi difícil reduzir a iniquidade (veja o gráfico 2).

Gráfico 2

AMÉRICA LATINA E CARIBE: EMPREGO, DESEMPREGO E COEFICIENTE DE GINI, POR VOLTA DE 1990 E ANO MAIS RECENTE

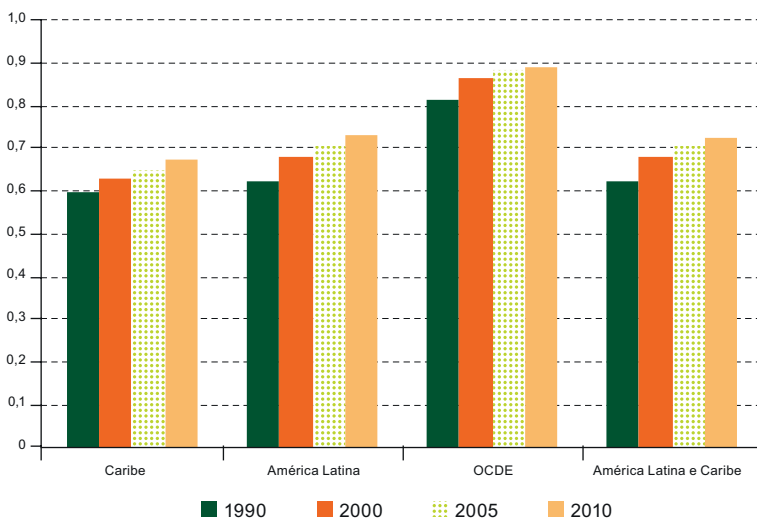
(Em unidades de Gini por 100, os restantes em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT.

- Entre 1990 e 2010 o índice de desenvolvimento humano da região em seu conjunto melhorou substancialmente (veja o gráfico 3).

Gráfico 3
AMÉRICA LATINA E CARIBE E OCDE: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1990, 2000, 2005 E 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), índice de desenvolvimento humano (IDH), Indicadores internacionais sobre desenvolvimento humano [online] <http://hdrstats.undp.org/es/quadros/default.html>. Data de consulta: 21 de dezembro de 2011.

- A região avançou significativamente em matéria de expansão dos serviços de água potável e saneamento. Houve um leve aumento na proporção da população urbana que utiliza fontes melhoradas de abastecimento de água potável (de 95% em 1990 para 97% em 2008) e um aumento mais significativo nas áreas rurais (de 63% para 80%). Quanto ao saneamento, a proporção da população urbana que utiliza instalações de saneamento melhoradas aumentou de 81% em 1990 para 86% em 2008, enquanto nas áreas rurais passou de 39% em 1990 para 55% em 2008 (veja o gráfico 4).

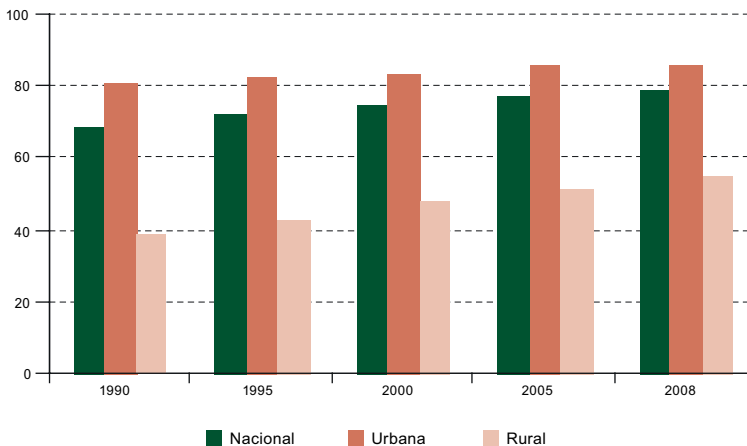
Gráfico 4

AMÉRICA LATINA E CARIBE: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO NACIONAL, URBANA E RURAL COM ACESSO A FONTES MELHORADAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E A SERVIÇOS DE SANEAMENTO MELHORADOS, 1990-2008

A. Proporção da população que utiliza fontes melhoradas de abastecimento de água potável, por área nacional, urbana e rural



B. Proporção da população que utiliza instalações de saneamento melhoradas, por área nacional, urbana e rural



Fonte: Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [online] <http://unstats.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) [data de consulta: dezembro de 2011].

- A grande maioria dos países da América Latina e do Caribe conta com cobertura elétrica superior a 80% e, em alguns casos, próxima de 100% (veja o quadro 1).

Quadro 1
AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): ESTIMATIVA
DA POPULAÇÃO SEM ELETRICIDADE
(Em milhares de pessoas e porcentagens)

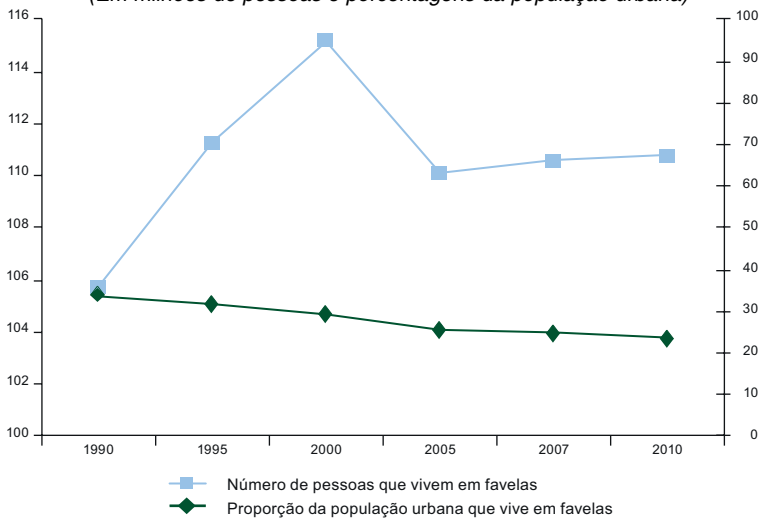
País	Pobres sem energia elétrica (em milhares de pessoas)	Não pobres sem energia elétrica (em milhares de pessoas)	Total sem energia elétrica (em milhares de pessoas)	Porcentagem de pobres sobre total sem energia elétrica em cada país
Argentina	57	91	148	38
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2 904	708	3 611	80
Brasil	5 123	2 753	7 875	65
Chile	62	168	231	27
Colômbia	420	956	1 376	31
Costa Rica	34	18	52	66
Equador	51	15	66	77
El Salvador	751	191	942	80
Guatemala	2 569	687	3 256	79
Honduras	2 272	210	2 482	92
Nicarágua	1 377	219	1 596	86
Paraguai	510	75	585	87
Peru	5 264	1 982	7 245	73
Venezuela (República Bolivariana da)	16	19	35	46
Total estimado	21 410	8 092	29 501	73

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/Clube de Madri/Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), "Contribución de los servicios energéticos a los Objetivos de Desarrollo del Milenio y a la mitigación de la pobreza en América Latina y el Caribe. Síntesis ejecutiva", Documentos de projeto, N° 281 (LC/W.281), Santiago do Chile, outubro de 2009.

Nota: A estimativa é realizada com base nos últimos registros de população pobre na América Latina e no Caribe e se aplica à população total de cada país sobre o qual se dispõe de informação. A esta cifra aplica-se a estimativa da quantidade de lares sem serviço elétrico.

- Nos últimos 20 anos baixou significativamente a proporção de pessoas que vivem em favelas na América Latina e no Caribe, passando de 34% em 1990 para 24% em 2010 (veja o gráfico 5).

Gráfico 5
AMÉRICA LATINA E CARIBE: POPULAÇÃO URBANA
QUE VIVE EM FAVELAS, 1990-2010
(Em milhões de pessoas e porcentagens da população urbana)^a

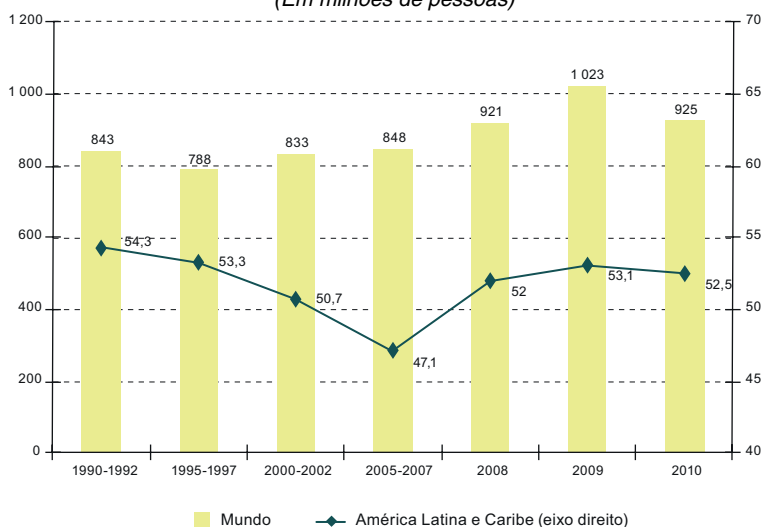


Fonte: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat) (2011), State of the World's Cities 2010/2011. Cities for All: Bridging the Urban Divide, Earthscan, 2010.

^a Estas cifras baseiam-se em estimativas, pois nem todos os países têm dados sobre os assentamentos informais, e a interpretação dos indicadores pode variar de um país para outro.

- Em matéria de saúde, a mortalidade geral ajustada por idade na região caiu de 6,6 para 5,7 por 1.000 habitantes entre 1995 e 2008. Além disso, houve progresso na redução de algumas doenças transmissíveis, como a malária, que diminuiu 53% entre 1992 e 2009.
- Na América Latina a prevalência do HIV se manteve estável nas últimas décadas, entre 0,3% e 0,5% da população geral. No Caribe, a epidemia foi refreada consideravelmente desde meados dos anos 90. Também avançou-se na distribuição do tratamento antirretroviral.
- A mortalidade por tuberculose na região caiu de 8 por 100.000 habitantes em 1990 para 2,1 em 2009.
- Entre 1990 e 2010 o número de pessoas que passam fome na América Latina e no Caribe diminuiu levemente, em contraste com a média mundial (veja o gráfico 6).

Gráfico 6
MUNDO E AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SUBNUTRIDOS, 1990-1992 A 2010
(Em milhões de pessoas)



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), "Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe", 2010, Santiago de Chile, 2010.

- Desde o início dos anos 90, e especialmente desde 2004, diminuiu a demanda insatisfeita de planejamento familiar, aumentou a cobertura de atenção pré-natal e do parto institucional e baixou a mortalidade infantil.
- Também diminuiu a mortalidade materna.

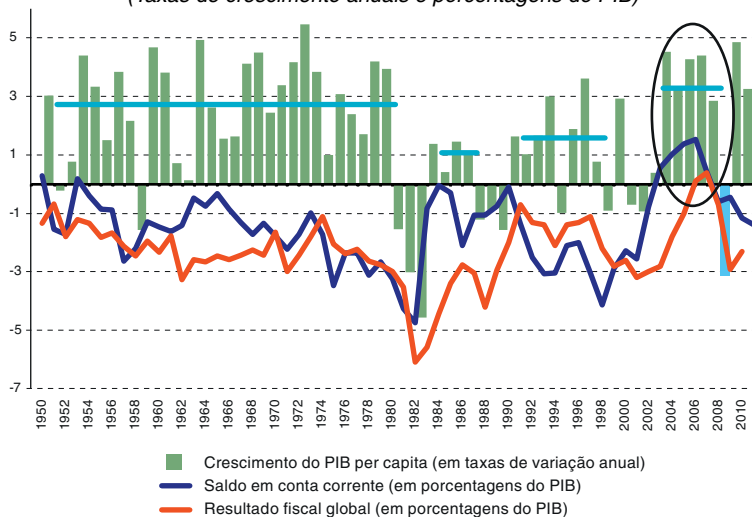
B. Economia e sustentabilidade

- A partir do início dos anos 90, conseguiu-se controlar a inflação na região. A partir de 2003 apresentaram-se condições favoráveis no setor externo e, até a crise mundial de 2009, observaram-se alguns superávits e menores déficits na conta corrente do balanço de pagamentos (veja o gráfico 7). A formação bruta de capital fixo expandiu-se significativamente mediante a poupança interna.

Gráfico 7

**AMÉRICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA,
SALDO EM CONTA CORRENTE E RESULTADO
FISCAL GLOBAL, 1950-2010**

(Taxas de crescimento anuais e porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base nas cifras oficiais.

- A partir da segunda metade de 2009, o desempenho econômico da região situou-se acima dos países mais desenvolvidos, graças, entre outras coisas, à gestão prudente das políticas fiscal e monetária e aos favoráveis preços das matérias-primas de exportação. A crise financeira internacional iniciada no fim de 2008 nos países desenvolvidos teve um impacto negativo, embora transitório, o que levou a taxa de crescimento da América Latina e do Caribe a -2,0 em 2009, para depois se recuperar rapidamente, alcançando 6% em 2010 (veja o quadro 2).

Quadro 2
AMÉRICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO DO PIB, 1971-2010
(Em taxas anuais de variação)

	1971-1980	1981-1989	1990-1997	1998-2008	1990-2008	2009	2010	PILE 2009 ^a
Antígua e Barbuda	0,3 ^b	6,8	3,2	4,9	4,2	-11,3	-5,2	
Argentina	2,8	-1,0	5,0	3,0	3,8	0,9	9,2	
Bahamas	1,3	2,2	1,8	-5,4	0,9	
Barbados	3,9 ^c	1,4	0,1	2,0	1,2	-4,7	0,3	
Belize	5,1 ^d	4,9	2,0	5,6	4,1	0,0	2,9	
Bolívia (Estado Plurinacional da)	3,9	-0,3	4,3	3,5	3,9	3,4	4,1	
Brasil	8,6	2,3	2,0	2,9	2,5	-0,6	7,5	
Chile	2,5	2,8	7,0	3,6	5,0	-1,7	5,2	
Colômbia	5,4	3,7	3,9	3,0	3,4	4,5	4,3	
Costa Rica	5,7	2,4	4,7	5,3	5,0	-1,3	4,2	
Cuba	-3,3	5,6	1,8	1,4	2,1	
Dominica	...	4,2	3,3	2,1	2,6	-0,4	0,1	
Equador	9,1	2,1	2,8	3,5	3,2	0,4	3,6	
El Salvador	2,4	-0,9	5,2	2,9	3,9	-3,1	1,4	
Granada	17,6 ^e	11,3	1,6	3,9	2,9	-8,3	-0,8	
Guatemala	5,7	0,7	4,0	3,9	4,0	0,5	2,8	
Guiana	2,2	-3,1	5,8	1,4	3,3	3,3	3,6	
Haiti	5,2	-1,0	-0,4	0,9	0,4	2,9	-5,1	
Honduras	5,5	2,7	3,3	4,3	3,9	-2,1	2,8	
Jamaica	-0,7	3,1	1,7	1,1	1,3	-3,0	-1,3	
México	6,5	1,4	3,1	3,1	3,1	-6,1	5,4	-8,5
Nicarágua	1,0	-1,4	2,4	3,7	3,2	-1,5	4,5	
Panamá	5,6	0,9	5,6	6,1	5,9	3,2	7,5	
Paraguai	8,8	3,1	3,2	2,3	2,7	-3,8	15,0	
Peru	3,9	-0,7	3,9	4,5	4,3	0,9	8,8	
República Dominicana	7,2	3,3	4,5	5,6	5,2	3,5	7,8	
Saint Kitts e Nevis	7,9 ^e	6,3	4,6	3,4	3,9	-6,3	-5,0	
São Vicente e Granadinas	6,4 ^f	6,4	3,4	4,4	4,0	-1,2	-1,3	
Santa Lúcia	4,4 ^e	7,4	2,9	2,5	2,7	-1,1	3,1	
Suriname	2,1 ^f	0,6	-0,5	3,5	1,8	2,2	4,4	
Trinidade e Tabago	5,3	-2,7	2,9	7,7	5,7	-3,5	2,5	
Uruguai	2,7	0,4	3,9	2,6	3,1	2,6	8,5	
Venezuela (República Bolivariana da)	1,8	-0,3	3,8	2,9	3,3	-3,3	-1,4	
América Latina e Caribe								
1971-1980	5,6	1,5	3,6	3,3	3,4	-2,0	6,0	
1981-1989								
1990-1997								
1998-2008								
1990-2008								
2009								
2010								
América Latina e Caribe								
3,1	-0,6	1,9	2,0	1,9	-3,0	4,8		
China	4,3	8,9	10,2	9,4	9,6	8,5	9,8	
Índia	0,8	3,3	3,4	5,4	4,6	7,7	-	
Estados Unidos	2,2	2,5	1,7	1,6	1,7	-3,5	-	
OCDE ^g	2,6	2,8	1,7	1,7	1,7	-4,0	-	
Mundo	1,9	1,6	1,2	1,8	1,5	-3,0	-	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *A hora da igualdade: brechas por datar, caminhos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3)), Santiago do Chile, 2010; para as cifras de 2010, *Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2010-2011*, Documento informativo, junho de 2011; Banco Mundial, World Development Indicators (WDI); Instituto Nacional de Estadística e Geografía (INEGI), Sistema de contas nacionais do México. Contas econômicas e ecológicas do México, 2005-2009 [online] http://www.inegi.gob.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/derivada/economicas/medio%20ambiente/2009-09/SCEEM2005-2009.pdf.

^a O PILE é o produto interno líquido ecológico, pelo qual se ajusta o PIB, levando em conta a amortização do capital e as variações por esgotamento e degradação dos recursos naturais, com base na metodologia das Nações Unidas. Somente o México o publica. Em 2009, o PILE do México correspondeu a 81% do PIB. A perda de 19% é explicada pelo consumo de capital fixo (11% do PIB) e pelo custo total por esgotamento e por degradação ambiental (8% do PIB).

^b Corresponde à média das taxas de crescimento do período 1974-1980.

^c Corresponde à média das taxas de crescimento do período 1975-1980.

^d Corresponde à média das taxas de crescimento do período 1977-1980.

^e Corresponde à média das taxas de crescimento do período 1978-1980.

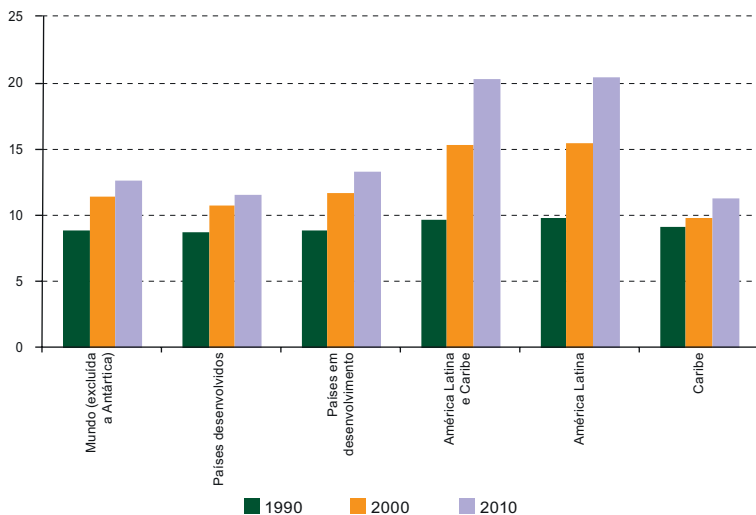
^f Corresponde à média das taxas de crescimento do período 1976-1980.

^g Não inclui Chile, México e Turquia.

C. Fortalecimento do pilar ambiental

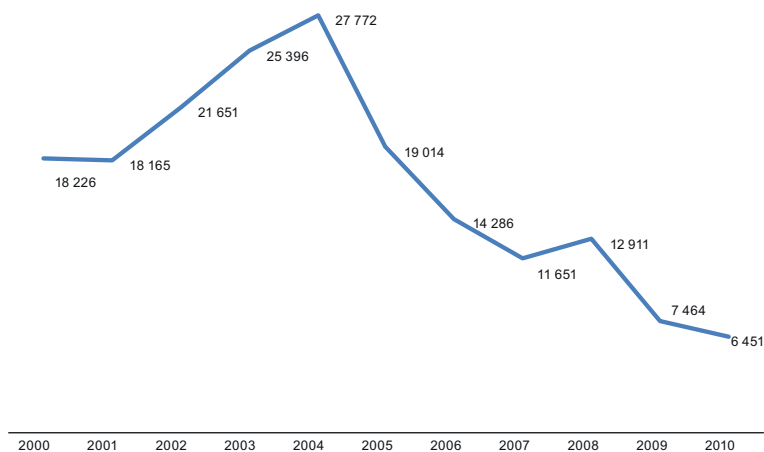
- Desde 1992 aperfeiçoaram-se as legislações e instituições dedicadas ao tema ambiental e o desenvolvimento sustentável se instalou como conceito no contexto das políticas públicas. Atualmente, os direitos e deveres sobre o meio ambiente estão consagrados na maioria das constituições políticas dos países da América Latina e do Caribe. Todos os países da região aprovaram leis gerais ou marcos sobre o tema, sendo que algumas já passaram por processos de reforma, às quais se soma legislação complementar que incorpora instrumentos e princípios contidos na Declaração do Rio. Além disso, todos os países da região têm um ministério, secretaria ou órgão equivalente dedicado ao meio ambiente.
- Desde os anos 90 registraram-se consideráveis avanços na região em matéria de regulação das emissões industriais no ar e na água e dos resíduos, seguindo —com algum atraso— as tendências em matéria de regulação ambiental dos países industrializados.
- Nas últimas duas décadas os países da região adotaram quadros legislativos ambientais mais adequados no tocante à exploração dos recursos minerais.
- Quase todos os países da região implementaram programas de eficiência energética e a partir de 2000 observa-se na maioria deles a adoção de políticas destinadas a promover o investimento em energias renováveis, mediante a sanção de legislação específica e, em alguns casos, ações concretas.
- Muitos países da região já têm ou estão preparando estratégias de redução de emissões. Todos ratificaram tanto a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas como o Protocolo de Kyoto.
- Desde 1990 a proporção de áreas marinhas e terrestres protegidas na América Latina e no Caribe duplicou, superando a média mundial, incluindo a dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos (veja o gráfico 8), o que representa 20% de todas as áreas protegidas do mundo.
- Nos últimos cinco anos, registraram-se grandes progressos no controle do desmatamento, especialmente na Amazônia (veja o gráfico 9).

Gráfico 8
PROPORÇÃO DAS ÁREAS TERRESTRES PROTEGIDAS, 1990-2010
(Em porcentagens da superfície terrestre)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas [online] <http://www.wdpa.org/Default.aspx> [data de consulta: dezembro de 2011].

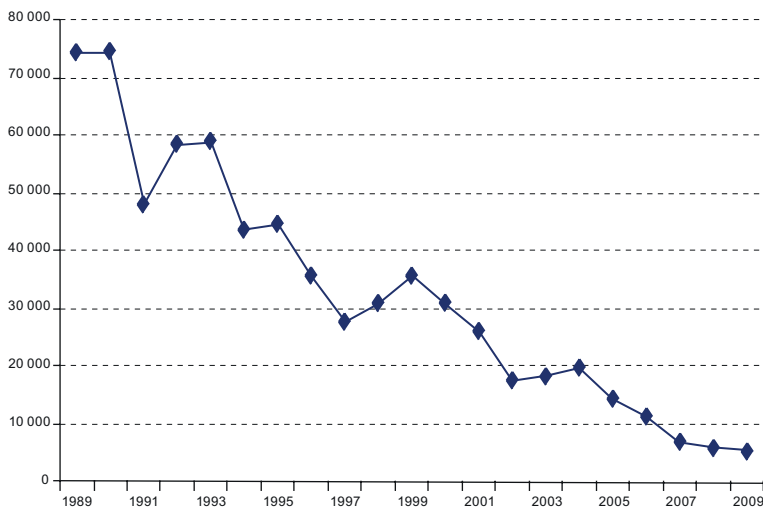
Gráfico 9
BRASIL: TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
(Em km² por ano)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), "Taxas anuais do desmatamento 1988 até 2010" [on-line] http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2010.htm.

- As emissões regionais de substâncias que esgotam a camada de ozônio baixaram de maneira sustentada nos últimos 20 anos. Isto reflete os esforços realizados no âmbito do Protocolo de Montreal (veja o gráfico 10).

Gráfico 10
AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE
SUBSTÂNCIAS QUE ESGOTAM A CAMADA DE OZÔNIO, 1990-2009
(Em toneladas de potencial esgotamento da camada de ozônio)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com dados da Secretaria do Ozônio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) [online] http://ozone.unep.org/Data_Reporting/Data_Access/ [data de consulta: 9 de maio de 2011].

- Todos os países da América Latina e do Caribe ratificaram a Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação (UNCCD), assinada em 1994, contam com pontos focais instalados nos ministérios de meio ambiente ou agricultura e executam programas de luta contra a desertificação e a degradação de terras. Além disso, vários países formularam programas nacionais de ação.
- Na gestão dos produtos químicos observam-se avanços institucionais, como novos regulamentos internacionais e nacionais, e melhoras nos métodos de avaliação de riscos. Atualmente, todos os países da região eliminaram o chumbo da gasolina e registraram-se progressos

pontuais na redução dos níveis de arsênico em algumas fontes de água para consumo humano. No caso do mercúrio, foram estabelecidos programas orientados a reduzir seu uso em processos de amalgamação artesanal do ouro em países da bacia amazônica. A maioria dos países da região adotou estratégias e ratificou o Convênio de Basileia sobre o controle dos movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos e sua eliminação e, principalmente desde 2002, o Convênio de Rotterdam sobre o Procedimento de Consentimento Fundamentado Prévio Aplicável a Certos Pesticidas e Produtos Químicos Perigosos Objeto de Comércio Internacional e o Convênio de Estocolmo sobre Contaminantes Orgânicos Persistentes.

- As políticas públicas de eliminação e gestão dos resíduos sólidos registraram avanços destacados, embora a região esteja longe de uma situação ótima.

D. Informação para a tomada de decisões e participação da sociedade civil

- Os países da região avançaram consideravelmente no reconhecimento legal dos direitos de acesso à informação, participação e justiça ambiental.
- Embora persistam desafios, desde 1992 os países da região investem na geração de estatísticas ambientais. Enquanto nos anos 90 eram escassos os países que contavam com publicações oficiais sobre estatística ambiental e indicadores de desenvolvimento sustentável, atualmente a maioria publica de forma sistemática tanto compêndios estatísticos como relatórios de indicadores ambientais. Alguns países também investiram na formulação de indicadores de desenvolvimento sustentável, sob distintos enfoques.
- Um fenômeno muito significativo que deve ser levado em conta ao compararmos a situação atual em termos de informação ambiental com a do início dos anos 90 é a evolução da tecnologia. As tecnologias da informação e das comunicações (TIC) têm sido essenciais como ferramentas para dar acesso à informação existente e também para gerar e analisar dados.

- A evolução das tecnologias de satélite permitiu o monitoramento de áreas sensíveis como a Amazônia quase em tempo real, o que permitiu aos organismos públicos reagir oportunamente em momentos de crise e orientar de maneira mais efetiva as políticas de longo prazo.
- A maioria dos países incluiu na legislação de meio ambiente ou em leis temáticas ou setoriais disposições relacionadas com a participação dos cidadãos e criou diferentes tipos de conselhos de cidadãos.
- Alguns países da região avançaram na formulação e implementação de instâncias especializadas com jurisdição ambiental tanto nos sistemas de justiça como nas instâncias subordinadas a organismos ministeriais ou autônomos.

E. Ciência e tecnologia

- Nos últimos anos, os países da América Latina e do Caribe progrediram no uso das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) em diversos âmbitos. O acesso a estas ferramentas favorece a administração e a gestão do meio ambiente, já que permite melhorar os processos de geração, manejo, integração e intercâmbio de informação como base para apoiar a tomada de decisões em suas diferentes esferas.
- O número de publicações científicas da América Latina e do Caribe duplicou entre 1997 e 2006, alcançando 4,9% do total mundial em 2008.

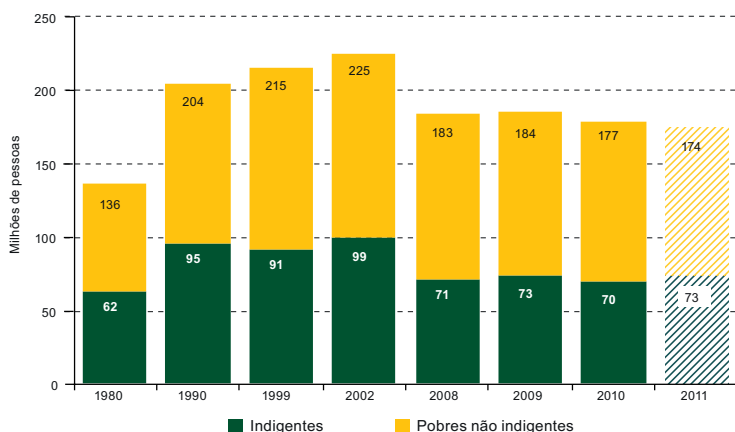
III. BRECHAS

Apesar dos inegáveis e valiosos avanços mostrados, a América Latina e o Caribe ainda enfrentam grandes desafios em termos de inclusão social, igualdade, erradicação da pobreza e proteção ambiental. Está cada vez mais evidente que a degradação ambiental (tanto local como mundial) afeta com maior gravidade os grupos em situação de desvantagem, mais vulneráveis a doenças relacionadas com a deterioração ambiental (devido à contaminação atmosférica, contaminação das águas, mudanças nos padrões das doenças transmitidas por vetores e outras causas), aos desastres relacionados com eventos climáticos extremos e à perda de meios de subsistência devido à degradação de ecossistemas e de recursos naturais, entre outros. Os desafios que a região enfrenta para desenvolver-se com igualdade e avançar efetivamente rumo à erradicação da pobreza serão exacerbados pelas mudanças climáticas, que impõem novos problemas ou agrava os já existentes, exigindo mais esforços em termos de políticas e orçamentos públicos, da sociedade civil e do setor privado. Por sua vez, a mudança climática torna mais urgente a eliminação dos fatores de vulnerabilidade, como a pobreza e a falta de acesso aos serviços básicos.

A. O ser humano no centro

- Embora significativamente menor em porcentagem, em 2010 a população em condições de pobreza e indigência —177 milhões de pessoas— era maior que em 1980 (veja o gráfico 11).
- Apesar dos avanços na distribuição da renda, a região continua sendo a mais desigual do mundo. O índice de Gini médio da América Latina e Caribe é superior ao de todas as demais regiões (veja o gráfico 12).

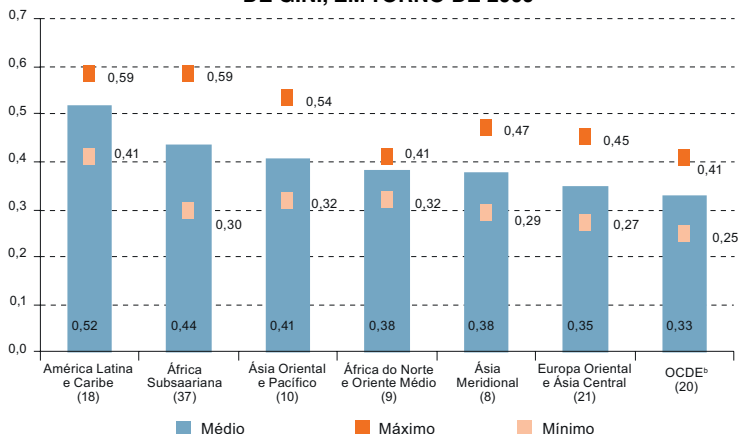
Gráfico 11
AMÉRICA LATINA E CARIBE (19 PAÍSES): EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA, 1980-2011^a
(Em milhões de pessoas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Estimativa correspondente a 18 países da região mais Haiti. As cifras colocadas sobre as seções superiores das barras representam o número total de pessoas pobres (indigentes mais pobres não indigentes). As cifras de 2011 correspondem a uma projeção.

Gráfico 12
AMÉRICA LATINA E OUTRAS REGIÕES DO MUNDO: COEFICIENTE DE GINI, EM TORNO DE 2009^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países; Banco Mundial, World Development Indicators [online] <http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>.

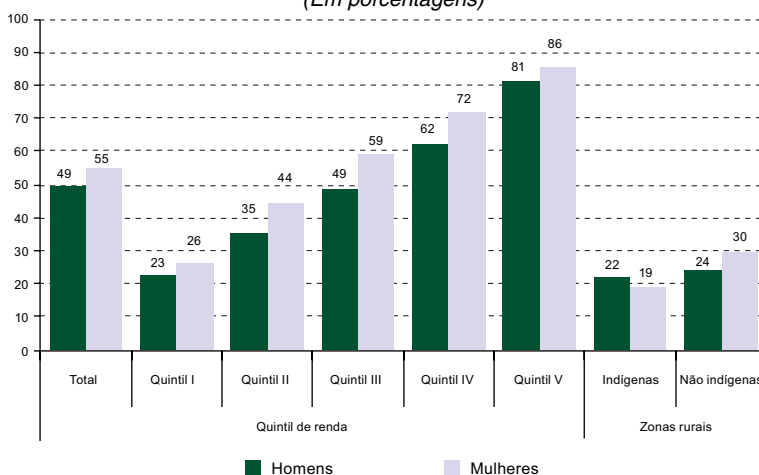
^a Os dados regionais são expressos em médias simples. O cálculo considerou a última observação disponível em cada país no período 2000-2009.

^b Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

- O índice de desenvolvimento humano (IDH) da América Latina e do Caribe correspondente a 2010 é menor que o dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1990 (veja o gráfico 3).
- Os países da América Latina e do Caribe mantêm uma grande desigualdade na qualidade da educação entre os estratos socioeconômicos e entre a população rural e urbana (veja o gráfico 13).

Gráfico 13

AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES)^a: JOVENS DE 20 A 24 ANOS QUE CONCLUÍRAM A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA PER CAPITA E SEXO, EM TORNO DE 2008
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2010* (LC/G.2481-P), Santiago do Chile, 2011. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.11.II.G.6.

^a As cifras sobre jovens indígenas e não indígenas se referem a oito países e correspondem a 2007.

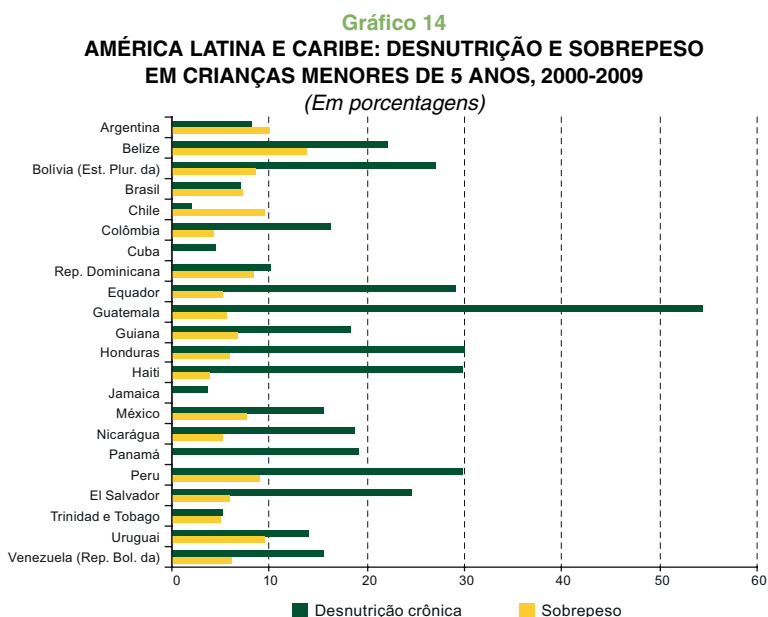
- 22% da população da América Latina e do Caribe não conta com conexões domiciliares de água potável, mas depende de bicas públicas ou outra forma de captação de água.
- Em 2008, 45% da população rural e 14% da urbana não contavam com instalações de saneamento (veja o gráfico 4).
- Falta avançar na desinfecção eficaz da água potável, redução dos problemas de intermitência, nível de perdas, tratamento das águas servidas urbanas e sustentabilidade das prestações num cenário de

crescente concorrência pela água, destruição das bacias de captação, contaminação e mudança climática.

- Estima-se que entre 35 e 40 milhões de pessoas na região não têm acesso a serviços energéticos básicos.
- O número absoluto de pessoas que vivem em favelas na região aumentou de 105 milhões em 1990 para 110 milhões em 2010 (veja o gráfico 5).
- Apesar dos esforços para reformar e reestruturar os sistemas de saúde na região, milhões de pessoas continuam sem acesso a atenção e outras condições essenciais para gozar de boa saúde. Os sistemas de saúde das Américas continuam fragmentados e têm dificuldades para adaptar-se a mudanças nas tendências epidemiológicas e demográficas.
- O número de casos de dengue tem aumentado constantemente e representa um desafio não resolvido.
- Surgiram doenças transmissíveis de rápida disseminação, como a gripe pelo vírus A(H1N1). Registrou-se recorrência de surtos de leptospirose, febre amarela e outras febres hemorrágicas de origem viral e reapareceu a cólera no Haiti.
- O HIV continua afetando em alto grau certos grupos tradicionalmente discriminados e descuidados pelas instituições, como os transexuais e trabalhadores sexuais.
- A contaminação atmosférica continua sendo um grande risco de saúde para as populações em zonas urbanas. Cerca de 100 milhões de pessoas vivem expostas a concentrações de contaminantes no ar que ultrapassam os níveis máximos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Na América Latina e no Caribe a cada ano morrem cerca de 35.000 pessoas devido à contaminação do ar.
- A contaminação química continua sendo um importante desafio para a região. Entre os principais problemas que afetam a saúde estão o uso de diclorodifeniltricloroetano (DDT) e os acidentes químicos e tecnológicos. Além disso, apesar dos avanços institucionais, a produção química na região gera importantes externalidades negativas sobre o meio ambiente e a saúde.
- A partir da crise alimentar de 2007-2008 e a crise econômica de 2008-2009, deteve-se a redução do número de pessoas que sofrem de fome. A prevalência de desnutrição infantil continua alta em alguns países. Em 2010, existiam na região mais de 52 milhões de pessoas

em estado de subnutrição, e as perspectivas não são favoráveis, dada a tendência à elevação dos preços dos alimentos (veja o gráfico 6).

- Além disso, como resultado da transição nutricional que a região enfrenta, em vários países existem níveis alarmantes de obesidade (veja o gráfico 14).



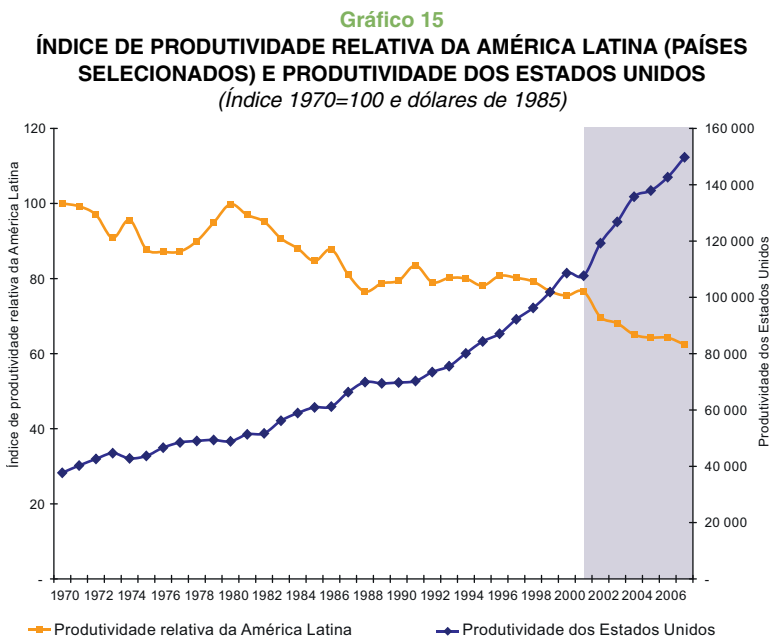
Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe, 2010*, Santiago do Chile, 2010.

- Apesar da redução da mortalidade materna, observa-se uma virtual estagnação do número absoluto de mortes maternas, muitas das quais poderiam ter sido evitadas.
- A fecundidade adolescente é alta e, ao contrário de outras regiões, não mostra uma tendência sistemática à queda.
- As ameaças naturais de origem hidrometeorológica tendem a intensificar-se com a mudança climática e afetam de maneira desmedida os grupos em situação de desvantagem. Nas últimas décadas não se investiu suficientemente na gestão de riscos frente às ameaças de origem natural; ademais, a recuperação e a reconstrução posterior aos desastres

com frequência foram adiadas ou têm sido incompletas. Esses impactos implicam retrocessos no já complexo processo de desenvolvimento dos países da região. Os países pequenos, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, são os mais afetados pelas perdas econômicas que resultam dos desastres (veja o requadro 1). A gravidade dos impactos de eventos naturais futuros dependerá em grande medida da habilidade dos países da região para reduzir sua vulnerabilidade.

B. Economia e sustentabilidade

- A região aumenta as brechas de produtividade com os países desenvolvidos e não pôde transformar sua estrutura produtiva, ainda fortemente baseada em setores intensivos em recursos naturais. A comparação entre os níveis de produtividade alcançados pelos países da região e os Estados Unidos permite observar a dimensão do desafio da convergência tecnológica (veja o gráfico 15).



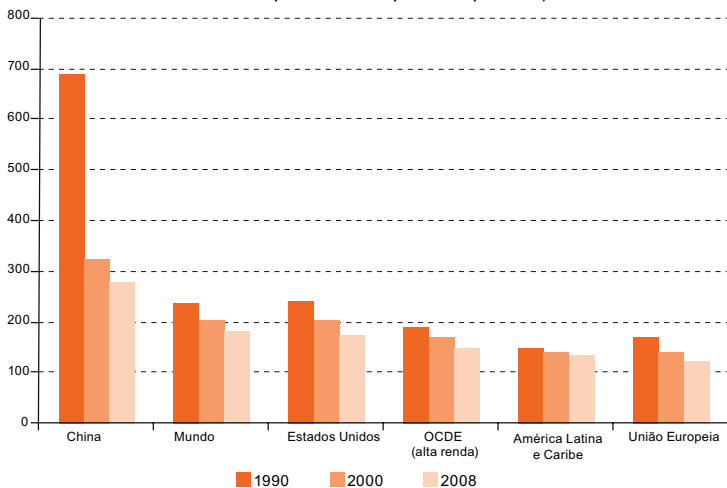
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3)), Santiago do Chile, 2010.

- Apesar dos avanços econômicos, as taxas de crescimento da região não têm sido suficientes para assegurar uma melhora dos indicadores sociais. Entre 1990 e 2008 o crescimento anual do PIB per capita da região foi de 1,9%, muito abaixo da China e da Índia e próximo do nível dos Estados Unidos (cuja renda per capita é quase o quádruplo da renda da região) (veja o quadro 2).
- Em 13 países da região sobre os quais se conta com informação, a taxa de desemprego feminina em 2010 equivaliu a 1,4 vez a masculina. Com igual nível de escolaridade e similares jornadas de trabalho, as mulheres continuam ganhando menos de três quartos do que ganham os homens. A taxa de desemprego juvenil em 2010 foi o triplo da taxa de desemprego total. Quase a metade dos ocupados não tem cobertura de aposentadoria. Das famílias, em média 36% não contam com membros afiliados à seguridade social, não recebem transferências assistenciais públicas nem qualquer tipo de aposentadoria ou pensão.
- As indústrias extrativas, que representam grande parte da atividade econômica da região, geram danos como a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, desmatamento, erosão de solos, formação de terrenos instáveis, geração de sedimentações nas correntes de água, risco de acidentes e contaminação por mercúrio, entre outros.
- O crescimento da agricultura, que é um fator positivo, está também relacionado com várias pressões sobre o meio ambiente.
- No setor agropecuário observa-se escassez de mecanismos de regulação ambiental.
- A agricultura familiar, que pode ter um papel importante no meio ambiente e desenvolvimento local, tem sido pouco valorizada no estabelecimento de políticas públicas na América Latina e no Caribe.
- A intensidade energética das economias baixou muito lentamente em relação a outras regiões. Esta tendência está relacionada com os padrões de produção da região, a exclusão dos custos ambientais e de saúde, os subsídios ao consumo e produção de hidrocarbonetos e a baixa prioridade das políticas de eficiência energética, entre outros fatores (veja o gráfico 16).

Gráfico 16

INTENSIDADE ENERGÉTICA DA ECONOMIA

(Kg de petróleo equivalente por 1.000 dólares do PIB em dólares constantes de 2005 em paridade do poder aquisitivo)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Banco Mundial, World Development Indicators [online] <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> [data de consulta: dezembro de 2011].

Nota: A intensidade energética corresponde à energia consumida por unidade do PIB e reflete, de alguma maneira, a eficiência dos países no uso da energia, bem como, em geral, sua estrutura econômica setorial, incluindo o conteúdo carbônico dos bens importados e exportados. Por exemplo, dois países com eficiências energéticas setoriais similares, mas com distintas participações setoriais, terão diferentes intensidades energéticas agregadas. Além disso, um país que importe bens intensivos em carbono terá menor intensidade energética que os países que produzem e exportam esses produtos (WRI, 2009).

- Desde 1992, os subsídios aos combustíveis, tanto de veículos particulares como de transporte e carga, aumentaram para compensar as altas nos preços internacionais do petróleo, sobretudo a partir de 2003. Expressados em termos de um uso alternativo desses recursos, como o gasto em saúde (veja o quadro 3), os subsídios aos combustíveis representam uma carga importante nas contas fiscais. Sua redução, além de desincentivar o consumo de combustíveis fósseis —e diminuir os custos ambientais e de saúde conexos— e melhorar a rentabilidade relativa de alternativas energéticas, liberaria recursos fiscais para seu uso em outros âmbitos, como o investimento em educação e saúde.
- A América Latina tem altos níveis de concentração espacial da população, da atividade econômica e da riqueza. São elevadas as brechas do PIB per capita entre a região mais rica e a mais pobre de cada país, quadro que não mudou significativamente nas últimas duas décadas.

Quadro 3
AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): SUBSÍDIOS AOS
COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E GASTO PÚBLICO EM SAÚDE, 2008-2010
(Em bilhões de dólares e porcentagens do PIB)

	Subsídios aos combustíveis fósseis						Gasto público em saúde	
	<i>(em bilhões de dólares)</i>			<i>(em porcentagens do PIB)</i>			<i>(em porcentagens do PIB)</i>	
	2008	2009	2010	2008	2009	2010		
Argentina	18,1	5,9	6,5	5,5	1,9	1,8	5,3	(2008)
Colômbia	1,0	0,3	0,5	0,4	0,1	0,2	1,9	(2009)
Equador	4,6	1,6	3,7	8,4	3,1	6,7	1,3	(2006)
El Salvador	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	5,6	3,4	(2007)
México	22,5	3,4	9,5	2,1	0,4	0,9	2,8	(2008)
Peru	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	1,2	(2008)
Venezuela (República Bolivariana da)	24,2	14,1	20,0	7,8	4,3	5,1	1,8	(2006)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados sobre subsídios aos combustíveis fósseis publicados pela Agência Internacional de Energia (AIE), *World Energy Outlook 2011* [online] <http://www.iea.org/subsidy/index.html>; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cifras oficiais de PIB e base de dados sobre gasto social para o gasto público em saúde.

- Os atuais esquemas de gestão urbano-territorial e de parcerias público-privadas para a prestação de serviços e infraestrutura urbana na região são caracterizados pela frágil compreensão da complexidade intersetorial dos temas urbanos, anacronismo institucional, funcional e operacional das estruturas e ferramentas existentes para a promoção do desenvolvimento urbano e habitacional sustentável e a falta de uma visão estratégica da gestão urbano-territorial que vincule simultaneamente habitabilidade, funcionalidade, produtividade e governabilidade no território. Tudo isso atrasa o melhoramento das condições de vida da população mais pobre e em situação de desvantagem, especialmente no que se refere ao acesso a bens e serviços públicos.
- A região enfrenta uma limitada provisão de infraestrutura de transporte urbano e interurbano e um viés institucional para investimentos em rodovias em detrimento de outras infraestruturas de transporte. Embora alguns países tenham delineado objetivos, estratégias e linhas de ação para atender a sustentabilidade ambiental dentro das políticas de transporte urbano, na maioria dos casos esses critérios estão ausentes das metas previstas.

- A insuficiente coordenação da ação pública e a baixa visibilidade econômica dos efeitos da degradação ambiental constituem barreiras à eficácia dos esforços realizados. Os governos e outras instituições —públicas e privadas, locais, nacionais e internacionais— promovem o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente ao mesmo tempo em que mantêm práticas que vão contra este paradigma. Na ausência dos mecanismos institucionais, jurídicos e econômicos adequados, o custo da degradação ambiental é absorvido por grupos de pessoas alheios às decisões (e de maneira desmedida pelos grupos em situação de desvantagem) e pelas gerações futuras.

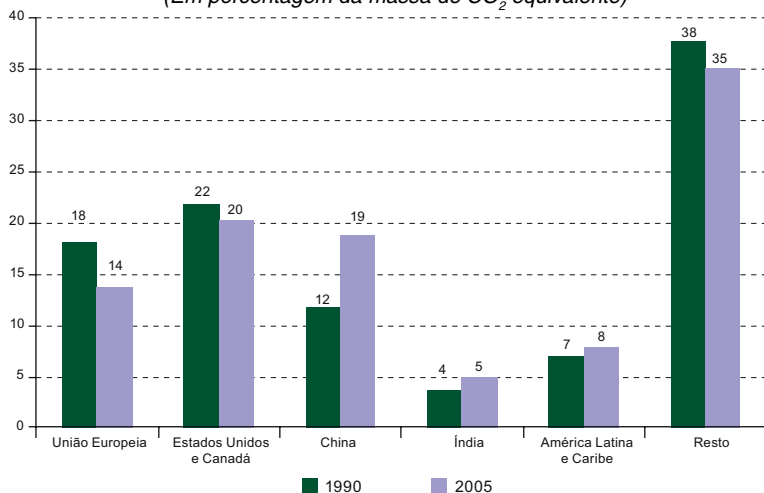
C. Fortalecimento do pilar ambiental

- A mudança climática representa um novo desafio ao desenvolvimento da região. Excluídas as emissões de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da mudança de uso do solo, a região fornece somente 8% das emissões globais, mas, incluindo a mudança de uso do solo, passa para 12% (veja os gráficos 17 e 18).

Gráfico 17

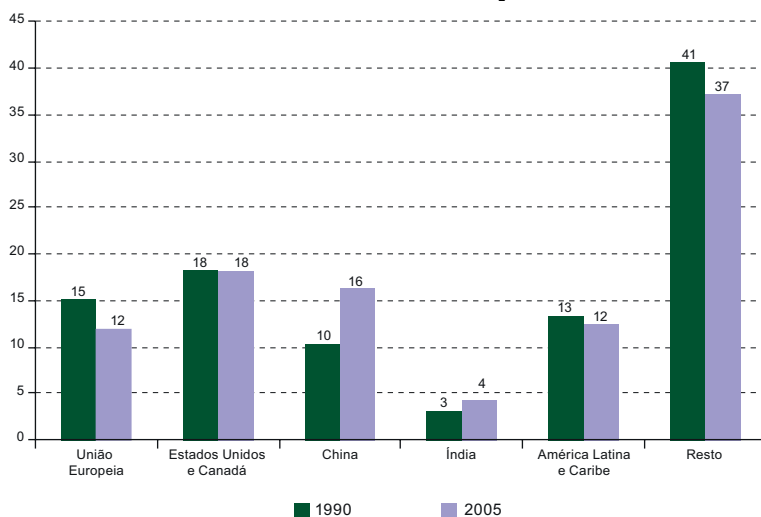
PARTICIPAÇÃO NAS EMISSÕES MUNDIAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EXCLUÍDAS AS EMISSÕES POR MUDANÇA DE USO DO SOLO

(Em porcentagem da massa de CO₂ equivalente)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Climate Analysis Indicators Tool (CAIT), versão 7.0, Washington, D.C., World Resources Institute, 2010.

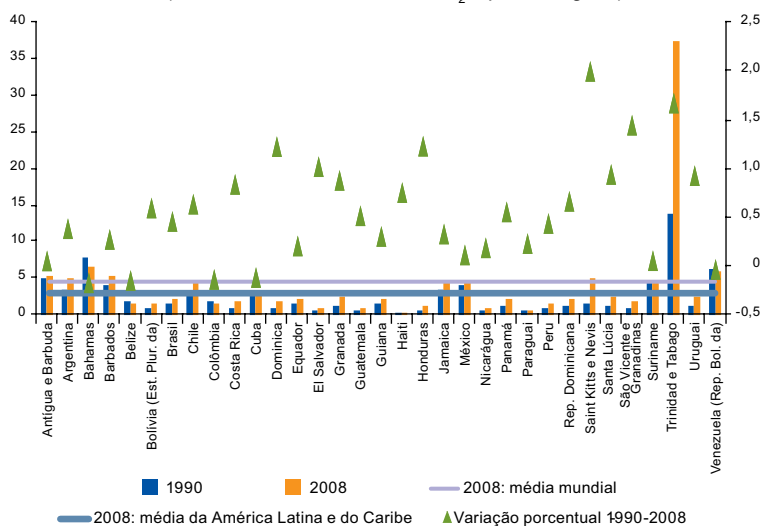
Gráfico 18
PARTICIPAÇÃO NAS EMISSÕES MUNDIAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA INCLUÍDAS AS EMISSÕES POR MUDANÇA DE USO DO SOLO
(Em porcentagem da massa de CO₂ equivalente)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Climate Analysis Indicators Tool (CAIT), versão 7.0, Washington, D.C., World Resources Institute, 2010.

- As emissões de gases de efeito estufa da América Latina e do Caribe aumentaram de forma sustentada desde 1990. Entre 1990 e 2005, cresceram a uma taxa média anual de 1,2%, similar à média mundial. As emissões de CO₂ por habitante na América Latina e no Caribe como efeito da queima de combustíveis fósseis se mantiveram relativamente estáveis entre 1990 e 2006, mas observam-se grandes disparidades na região (veja o gráfico 19).
- Os impactos esperados para 2050 como consequência da mudança climática podem ser significativos sobre ecossistemas frágeis —como mangues, geleiras e recifes de coral— e sobre os setores produtivos, em particular a agricultura. Como consequência de eventos meteorológicos extremos, as já fortes repercussões socioeconômicas se agravarão, especialmente na América Central e no Caribe.

Gráfico 19
AMÉRICA LATINA E CARIBE: EMISSÕES DE CO₂ PER CAPITA,
1990 E 2008, INDICADOR OFICIAL ODM 7.2.1
(Em toneladas métricas de CO₂ e porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [online] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>, com estatísticas de CO₂ compiladas pelo Carbon Dioxide Information Analysis Center (CDIAC) [data de consulta: 10 de novembro de 2011].

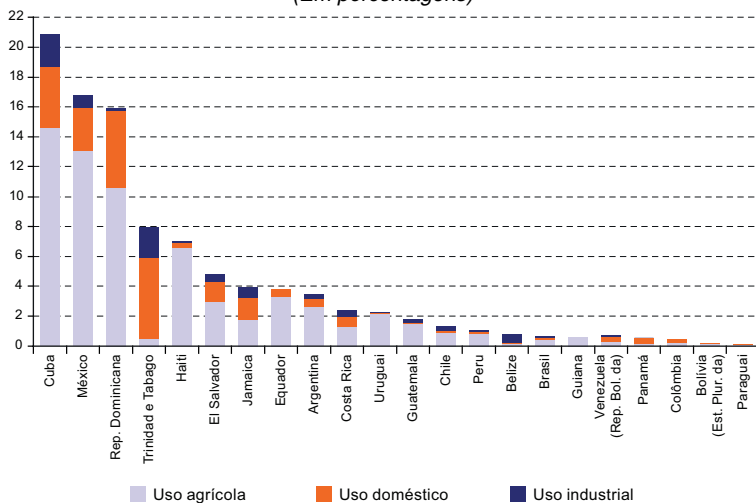
- Apesar de sua clara importância para a região e para o mundo, a imensa biodiversidade da América Latina e do Caribe está sendo seriamente ameaçada pelas atividades humanas em todos os níveis e praticamente em toda a região. A América Latina compreende 6 dos 17 países biologicamente mais diversos do mundo (Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e República Bolivariana da Venezuela). A região abriga entre 30% e 50% das espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes do mundo, bem como uma alta proporção das espécies de plantas e insetos.
- Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos no controle do desmatamento, de 1990 a 2010, a porcentagem de cobertura que a região representa no nível mundial diminuiu de 25% para 24%. O desmatamento na região neste período corresponde a mais de um terço do desmatamento mundial. A taxa de perda anual de 2000 a 2010 foi

de 0,46%, três vezes a taxa anual mundial (0,13%). Além das taxas de desmatamento, é preocupante a fragmentação das florestas.

- Um quarto do território da América Latina e do Caribe é composto de terras desérticas e áridas. A degradação dessas terras está repercutindo na queda da produtividade biológica dos ecossistemas e numa queda da produtividade econômica da agricultura, pecuária e silvicultura.
- A distribuição da água na região é muito desigual e sua disponibilidade está sujeita a numerosas pressões. A América Latina e o Caribe contam com um terço dos recursos hídricos renováveis do mundo e, embora possuam somente 15% do território e 8,4% da população mundial, recebem 29% das precipitações globais. Os fatores que dificultam a disponibilidade de água são a extração para atividades como agricultura e mineração (veja o gráfico 20), além da crescente contaminação hídrica, o desmatamento e a destruição das bacias de captação e das áreas de recarga. O derretimento de geleiras em zonas andinas que fornecem água para a agricultura e as cidades tende a tornar-se um fator cada vez mais importante nestas áreas. A mudança climática provocará dificuldades adicionais às existentes.
- As tendências regionais indicam um aumento considerável da demanda de água. De 1990 a 2004, esta demanda cresceu 76% na região, de 150 km³ para 264,5 km³ anuais. O aumento foi resultado do crescimento demográfico (em especial urbano), expansão da atividade industrial e elevada demanda para irrigação. Isto ocorreu sem um desenvolvimento conexo dos meios de tratamento das águas servidas, o que se traduziu em uma contaminação generalizada de numerosas fontes de recursos hídricos, especialmente perto das grandes cidades e nas águas sob elas. No âmbito local, o contínuo aumento da demanda de água poderia gerar incerteza sobre a disponibilidade desse recurso e inclusive aumentar os riscos de escassez de água e os conflitos entre os diversos usos e usuários.
- Em matéria de gestão dos resíduos sólidos, persistem problemas relacionados com uma gestão inadequada dos incentivos econômicos, baixa cobertura da coleta, escassez de locais adequados de eliminação final, uso de tecnologias inadequadas e falta de uma cultura de reciclagem.

Gráfico 20

AMÉRICA LATINA E CARIBE (PAÍSES SELECIONADOS): EXTRAÇÃO DE ÁGUA COMO PROPORÇÃO DA ÁGUA RENOVÁVEL, POR SETOR, 1998-2002
(Em porcentagens)



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) [online] <http://www.fao.org/nr/water/aquastat/main/indexesp.stm>.

- Aproximadamente 50% da população da região e grande parte de suas atividades de desenvolvimento se concentram nos primeiros 100 quilômetros de distância da costa. Isto gera fortes pressões sobre os ecossistemas costeiros e representa uma ameaça para os recursos que asseguram a sobrevivência das pessoas nestas zonas; 86% das águas residuais são despejadas sem tratamento em rios e oceanos, proporção que no Caribe pode chegar a 90%.
- Os mangues, áreas úmidas e recifes de coral estão sendo ameaçados pelos desenvolvimentos urbanos e turísticos, a aquicultura, as espécies invasoras, a contaminação e as modificações nos fluxos hidrológicos causadas por mudanças no uso da terra.
- A mudança climática aumentará os riscos e a vulnerabilidades do litoral da América Latina e do Caribe. Existem provas de que o nível do mar subiu gradualmente no século XX e se prevê que aumente ainda mais no século XXI, devido principalmente à expansão térmica dos oceanos e ao derretimento do gelo das calotas polares.
- A pesca excessiva e o esgotamento de reservas pesqueiras afetam toda a região.

D. Informação para a tomada de decisões e participação da sociedade civil

- Apesar dos avanços registrados nos últimos anos, a área das estatísticas ambientais requer maior atenção, investimento e capacitação. Entre os desafios estão a escassez de recursos humanos e financeiros disponíveis. Um desafio adicional é gerar dados desagregados por sexo, idade e fatores como raça ou etnia e nível socioeconômico para as variáveis que se referem a pessoas (por exemplo, acesso a serviços e exposição a contaminantes). Esta desagregação permitiria por em evidência as desigualdades em termos desses fatores, de maneira a orientar as medidas e políticas.
- Um tema pendente no uso da informação, não só na região mas no nível global, é como contabilizar a riqueza para levar em conta o valor do meio ambiente e de sua degradação dentro do patrimônio nacional. É necessário resolver esta questão para integrar efetivamente os três pilares do desenvolvimento e assegurar coerência na ação de distintas áreas de governo.
- Em matéria de tecnologia e informação ambiental, um desafio da região é ampliar o acesso dos governos e da sociedade civil às ferramentas existentes. É também importante a consolidação de esquemas e mecanismos de informação periódica sobre o estado do meio ambiente e os impactos das atividades das empresas, tanto privadas como públicas.
- Em muitos países, a legislação para facilitar a implementação do Princípio 10 da Declaração do Rio, que trata do acesso à informação e justiça ambiental e da participação dos cidadãos, ainda não foi elaborada ou encontra dificuldades de implementação. As deficiências na disponibilidade de informação —inclusive as estatísticas ambientais— limitam uma eficaz ação pública, bem como uma participação efetiva da sociedade civil nas decisões. Embora se observem avanços nas legislações nacionais quanto ao reconhecimento do direito à participação e a criação de instâncias para tanto, os desafios, em geral, estão na implementação apropriada de tais mecanismos. Em matéria de acesso à justiça, observam-se deficiências quanto à existência e acesso a tribunais ambientais. Quando existem, costumam concentrar-se em centros urbanos e principais cidades. Também é preciso melhorar os mecanismos de difusão da informação com respeito ao acesso e conteúdo da justiça ambiental.

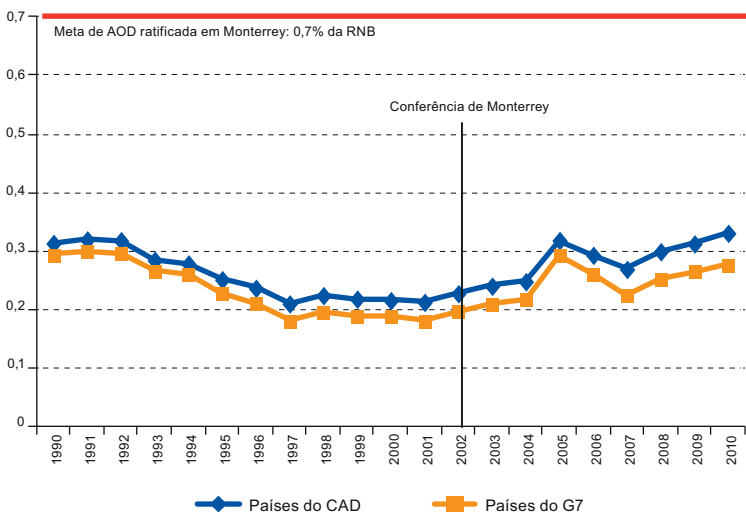
- Apesar do reconhecimento de sua importância para alcançar o desenvolvimento sustentável, a participação das mulheres no processo de tomada de decisões e posições de liderança ainda é baixa em todos os níveis.

E. Cooperação internacional, comércio, ciência e tecnologia

- O fato de que não se cumpriram plenamente os compromissos de cooperação internacional —financeira, tecnológica e de acesso a mercados— contribui para a persistência de brechas de cumprimento dos compromissos de desenvolvimento sustentável, e é um elemento crítico especialmente nos Estados menores, de menor grau de desenvolvimento e altamente endividados (veja o gráfico 21 e o quadro 4).

Gráfico 21
EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO
CONCEDIDA PELOS PAÍSES DO COMITÊ DE ASSISTÊNCIA AO
DESENVOLVIMENTO (CAD), 1990-2010

(Em porcentagens da renda nacional bruta dos doadores)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em estatísticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Evolução da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) e Banco Mundial, World Development Indicators para a renda nacional bruta [data de consulta: janeiro de 2012].

Quadro 4
DESEMBOLSO DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) LÍQUIDA PARA OS PAÍSES
EM DESENVOLVIMENTO E PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, 1990-2010
(Em milhões de dólares correntes e percentagens)

	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Países em desenvolvimento	58 548	59 142	49 776	52 388	62 033	71 742	80 121	108 650	107 339	108 494	127 916	126 968	131 087
América Latina e Caribe	5 233	6 384	4 838	5 970	5 026	6 129	6 838	6 708	7 340	6 987	9 288	9 022	10 812
da qual:													
Bilateral por parte de países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD)	4 188	4 811	3 858	4 470	3 901	4 580	5 134	4 855	5 276	4 832	7 008	6 573	7 885
Multilateral	1 032	1 543	941	1 469	1 069	1 519	1 685	1 828	2 050	2 109	2 257	2 429	2 895
AOD como percentagem da RNB	0,49	0,37	0,24	0,31	0,29	0,33	0,32	0,26	0,24	0,19	0,22	0,23	0,22
Participação no total mundial	8,9	10,8	9,7	11,4	8,1	8,5	8,5	6,2	6,8	6,4	7,3	7,1	8,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), base de dados OECD Stat [data de consulta: 16 de janeiro de 2012].

- Existem deficiências de capacidade técnica, científica, tecnológica e produtiva na região para avançar rumo a um modelo de desenvolvimento produtivo mais inclusivo, mais limpo e menos dependente dos recursos naturais, bem como para aproveitar, elaborar e implementar soluções próprias.
- Em geral, o investimento em ciência e tecnologia, e em pesquisa e desenvolvimento, na América Latina é limitado, está concentrado nos países maiores e depende em grande medida do setor público. Entre os desafios relacionados com o desenvolvimento tecnológico, encontram-se o financiamento insuficiente e a escassa vinculação entre o setor de produção e as instituições acadêmicas (veja o gráfico 22).

Requadro 1
ASPECTOS CRÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM
DESENVOLVIMENTO DO CARIBE^a

Grande parte do diagnóstico dos demais países da região é válida também para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe. Todavia, eles apresentam vulnerabilidades distintivas que tornam sua transição para o desenvolvimento sustentável particularmente desafiante. As razões são o tamanho de suas populações, sua situação remota e de isolamento, as limitações humanas, financeiras e técnicas, sua dependência de recursos naturais escassos, como os ecossistemas marinhos e costeiros, sua especial vulnerabilidade a desastres naturais e aos efeitos da mudança climática, a excessiva dependência do comércio internacional, a suscetibilidade a eventos mundiais adversos, os altos custos do transporte e das comunicações e a debilidade em infraestrutura e administração pública. Por esta razão, o financiamento internacional é particularmente relevante para que possam avançar na transição ao desenvolvimento sustentável e na implementação das políticas e instrumentos propostos.

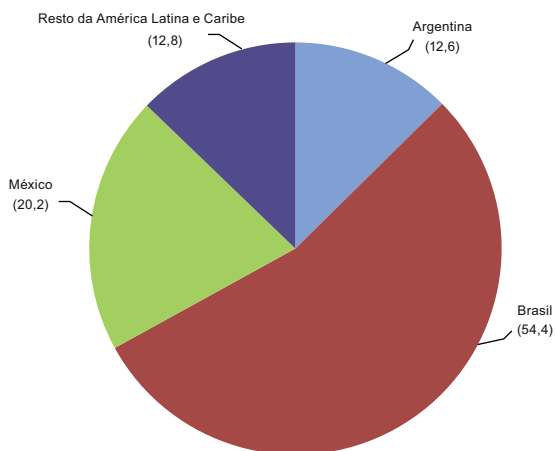
Entre os temas prioritários para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe, incluem-se a redução do risco de desastres, a adaptação à mudança climática, a redução da dependência dos combustíveis fósseis, a necessidade de gerar maiores incentivos e infraestrutura para a gestão adequada de produtos químicos e resíduos, a gestão adequada dos recursos marinhos e costeiros, da água doce e da biodiversidade e o desafio de assegurar que a indústria turística seja compatível com o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

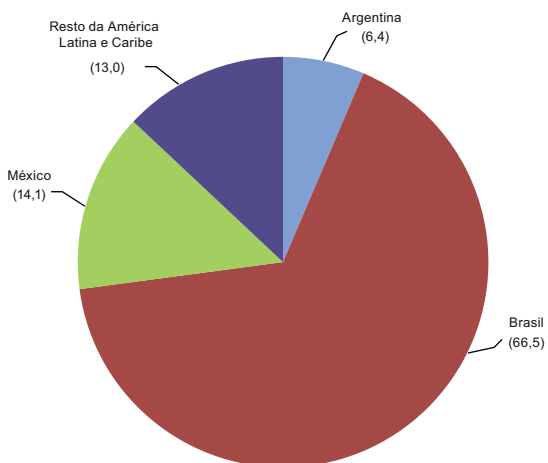
^a Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe aqui considerados são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

Gráfico 22
AMÉRICA LATINA E CARIBE: DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, 1999 E 2008
(OU ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL)
(Em porcentagens)

A. 1999



B. 2008



Fonte: Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciências e Tecnologia (RICYT), *El estado de la ciencia en imágenes*, 2010.

IV. DIRETRIZES PARA A SUSTENTABILIDADE

A experiência da região nos últimos 20 anos põe em evidência a importância de contar com políticas públicas fortes e articuladas para avançar no desenvolvimento, na erradicação da pobreza e na superação das grandes desigualdades que caracterizam a América Latina e o Caribe. Aos desafios da macroeconomia, à proteção social, à educação, ao acesso a serviços básicos, às políticas trabalhistas, ao desenvolvimento produtivo e às políticas de desenvolvimento territorial, se soma de maneira urgente e transversal o duplo desafio de assegurar que o desenvolvimento seja levado a cabo de maneira ambientalmente sustentável e de construir resiliência, tanto física como econômica, aos efeitos da degradação ambiental, em particular a mudança climática. É fundamental evitar a perda do patrimônio e de capacidades de sustento e impedir que as ameaças ambientais ponham em perigo os avanços obtidos.

O diagnóstico mostra que o investimento na melhoria da institucionalidade e legislação ambiental não é suficiente e que, como em outras regiões do mundo, o maior desafio é fazer com que as instituições dedicadas a cada um dos três pilares do desenvolvimento atuem de maneira integrada e coerente rumo à sustentabilidade. De particular importância é que o sistema econômico funcione a favor da sustentabilidade e não contra.

Apresentam-se neste contexto sete diretrizes, dirigidas aos governos da região, e em alguns casos a governos subnacionais, para avançar rumo à integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável: o ambiental, o social e o econômico. As diretrizes se relacionam de maneira estreita com os dois temas da Rio+20 definidos na resolução 64/236 da

Assembleia Geral das Nações Unidas: i) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; ii) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. As diretrizes 4 e 6 se referem principalmente ao quadro institucional para o desenvolvimento sustentável, enquanto as diretrizes 1, 2, 3 e 7 poderiam ser vinculadas ao que se denominou economia verde, reconhecendo que os países da região ainda não chegaram a um acordo a respeito do que se entende por este conceito e, portanto, adquirirá características distintas de acordo com as prioridades e a particularidade de cada região e país, e não pode se dissociar dos objetivos de desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. A diretriz 5 se relaciona com ambos os temas.

São pressupostos básicos destas diretrizes o respeito aos direitos humanos e a consideração prioritária dos interesses dos grupos em situação de desvantagem, incluindo as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, os idosos, as crianças e os deficientes, em situação de vulnerabilidade por condições de discriminação, pobreza, saúde e desigualdade socioeconômica.

Diretriz 1

Criar sinergias entre a inclusão, a proteção social, a segurança humana, a habilitação das pessoas, a redução de riscos de desastres e a proteção ambiental

Sob esta diretriz, sugerem-se as seguintes ações:

- a) Fomentar, por meio de investimentos públicos, regulamentos, parcerias público-privadas e outros mecanismos, a expansão dos serviços relacionados com a superação simultânea de déficits sociais e ambientais, adaptação à mudança climática e redução do risco de desastres, privilegiando a criação de empregos decentes.
- b) Fortalecer as políticas de habilitação das pessoas para a segurança humana.
- c) Implementar estratégias de redução do risco de desastres que contemplem a ampliação de mecanismos de proteção social, como transferências condicionadas, esquemas de geração de empregos temporários e microsseguros, e que incluam a dimensão nutricional.
- d) Promover um pacto social e fiscal que viabilize as medidas mencionadas.

Diretriz 2

Medir a sustentabilidade do desenvolvimento

Sob esta diretriz, sugerem-se as seguintes ações:

- a) Contabilizar a riqueza e o patrimônio, incluindo o patrimônio natural e cultural das nações.
- b) Melhorar o conhecimento e as capacidades analíticas dos encarregados de tomar decisões (nos poderes executivo, legislativo e judiciário) sobre a importância econômica e social do meio ambiente como parte do patrimônio dos países.

Diretriz 3

Internalizar os custos e benefícios ambientais e sociais das decisões econômicas, públicas e privadas

Sob esta diretriz, sugerem-se as seguintes ações:

- a) Adotar medidas reguladoras e instrumentos econômicos — fiscais, de crédito e investimento público, de compras públicas, entre outros — que deem valor às externalidades (negativas ou positivas) e que permitam aos agentes contabilizar os custos e benefícios totais de sua atividade.
- b) Reforçar, mediante a alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, as atividades de fiscalização das normas ambientais e aumentar os custos do não cumprimento.
- c) Aumentar a rentabilidade relativa das atividades, dos setores e das opções tecnológicas de menor impacto ambiental, implementando ou reforçando incentivos para seu fomento e eliminando subsídios diretos ou indiretos para as atividades ou tecnologias que prejudicam o ambiente.
- d) Incentivar a proteção do ambiente e dos ecossistemas por meio de alternativas econômicas para as comunidades localizadas em áreas vulneráveis à degradação, respeitando os valores culturais de cada país e comunidade.
- e) Ajustar ou gerar mecanismos como royalties de modo a canalizar recursos para a formação de capital humano e outras fontes de competitividade a fim de facilitar a transformação produtiva.

- f) Dar os sinais adequados nos setores essenciais, em particular o energético, para tornar mais sustentáveis os padrões de produção e consumo.

Diretriz 4

Aumentar a coordenação e coerência da ação pública para as políticas de desenvolvimento sustentável

Em relação a esta diretriz, sugere-se:

- a) Criar instâncias de coordenação da ação pública entre os poderes, áreas setoriais e níveis governamentais, que permitam identificar e discutir reformas a favor do desenvolvimento sustentável e suas implicações na prática.
- b) Planejar o desenvolvimento sustentável.
- c) Incorporar o ordenamento territorial como exercício de planejamento em regiões e cidades.
- d) Avaliar estrategicamente as políticas setoriais (energéticas, agrícolas, de infraestrutura, de integração, de desenvolvimento urbano e fiscais, entre outras) a fim de evitar a incoerência e dar visibilidade a possíveis efeitos não desejados.
- e) Adotar metas de desenvolvimento sustentável.

Diretriz 5

Produzir e divulgar estatísticas e informação ambiental e de desenvolvimento sustentável

Sob esta diretriz, sugere-se:

- a) Fortalecer os sistemas de informação ambiental.
- b) Fortalecer a integração dos sistemas de informação econômica, social e ambiental.
- c) Fortalecer o enfoque territorial na coleta de informação para o desenvolvimento sustentável.
- d) Aumentar os recursos humanos e financeiros necessários para fortalecer a produção, o processamento e a difusão de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável e desenvolver estratégias para sua divulgação e emprego.

Diretriz 6

Formular políticas com base em um processo mais participativo e com mais informações

Sob esta diretriz, sugerem-se as seguintes ações:

- a) Estabelecer um acordo internacional que permita avançar na implementação efetiva do Princípio 10 da Declaração do Rio, garantindo os direitos de acesso à informação, participação e justiça na tomada de decisões em matéria ambiental, particularmente das pessoas que se encontram em situação de desvantagem por condições de discriminação, pobreza ou saúde.
- b) Melhorar ou estabelecer quadros legais nacionais claros e procedimentos para acessar a informação ambiental, com os mecanismos de fiscalização e os procedimentos necessários para oferecer acesso aos grupos em situação de desvantagem e àqueles que tradicionalmente têm baixa representação política, como as mulheres, os jovens, os povos indígenas e os afrodescendentes.
- c) Ampliar a participação dos cidadãos nos processos de aprovação de políticas, planos e programas do Estado, estabelecendo mecanismos claros e transparentes para a consideração das observações dos cidadãos.
- d) Avaliar a criação de órgãos judiciais especializados em meio ambiente.
- e) Estabelecer normas para a adoção de ecoetiquetas e outros mecanismos de informação para expressar o compromisso das empresas com a sustentabilidade e informar e educar os consumidores.
- f) Melhorar ou estabelecer leis de transparência e prestação de contas dos órgãos públicos nacionais e subnacionais.

Diretriz 7

Fortalecer a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia a fim de gerar capital humano para a sustentabilidade

De maneira coerente com o capítulo 36 do Programa 21, a construção de capital humano para a sustentabilidade requer:

- a) Reformar os planos de estudo para integrar a educação para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis formativos, adotando

medidas para sua institucionalização, financiamento e sustentação com base na pesquisa, na formação de capacidade e na troca e sistematização de experiências.

- b) Atender às necessidades preexistentes, como a retenção de crianças e jovens no sistema escolar, a melhora das capacidades e do reconhecimento dos professores do ensino público, a difusão do uso das tecnologias da informação e comunicações (TIC) na educação e melhora da gestão das escolas e dos organismos centrais e descentralizados.
- c) Promover e fomentar a educação para o desenvolvimento sustentável fora do sistema formal.
- d) Aumentar a conscientização da população sobre a problemática ambiental e o desenvolvimento sustentável, buscando gerar uma mudança cultural e dando especial atenção a capacitar tecnicamente os grupos em situação de desvantagem e sub-representados, como as mulheres, os povos indígenas e os afrodescendentes.
- e) Financiar a aprendizagem, sobretudo dos pobres, das mulheres e dos jovens, em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a educação em sexualidade integral, que aborda desde a primeira infância temas de igualdade de gênero e autocuidado e contribui para reduzir a violência de gênero, a gravidez não desejada, a mortalidade materna e a propagação de doenças de transmissão sexual como o HIV.
- f) Reformar os sistemas de ciência e tecnologia para melhorar sua gestão e induzir a inovação e a geração de conhecimento, de modo a melhorar a competitividade nos setores intensivos em conhecimento e inócuos para o meio ambiente, o que permitiria transitar para um desenvolvimento mais sustentável.
- g) Financiar a pesquisa transdisciplinar que favoreça a geração de novas tecnologias orientadas às necessidades dos países da região, em particular dos grupos em situação de desvantagem.
- h) Promover a cooperação Sul-Sul para articular e coordenar ações conjuntas entre os países com o objetivo de contribuir com soluções científico-tecnológicas próprias aos problemas do desenvolvimento, apoiando-se nos pontos fortes e aproveitando adequadamente as oportunidades identificadas.
- i) Construir um programa de educação para o desenvolvimento sustentável em condições de mudança climática que tenha como

eixo a geração de resiliência, a redução das pegadas ecológicas e o aumento do conhecimento dos futuros profissionais sobre os desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável.

- j) Destinar recursos ao desenvolvimento das tecnologias da informação, gerando infraestruturas de dados espaciais e inovações em tecnologias de percepção remota, especialmente para monitoramento climático regional, nacional e local.
- k) Destinar recursos ao desenvolvimento de tecnologias energéticas renováveis, tecnologias para a gestão sustentável da água e agricultura alternativa e tecnologias de produção mais limpa, entre outras.
- l) Gerar mecanismos para disseminar os conhecimentos tradicionais e de entidades como universidades locais, para integrá-los às redes de conhecimento.

V. CONDIÇÕES INTERNACIONAIS PARA AVANÇAR NAS DIRETRIZES TRANSVERSAIS

A cooperação internacional (em matéria financeira e de transferência tecnológica) e as condições do comércio internacional não são suficientes, nem frente aos compromissos assumidos nem frente às necessidades da região. Ainda existem barreiras ao acesso de produtos aos mercados internacionais, sobretudo os de maior valor agregado. Os países desenvolvidos, com notáveis exceções, não cumpriram os compromissos de ajuda financeira nem assumiram a liderança na mitigação dos males públicos mundiais, como a mudança climática. Há casos bem-sucedidos de transferência tecnológica em temas pontuais, especialmente no âmbito dos acordos multilaterais ambientais ou acordos comerciais, mas a deficiência tecnológica e o sistema mundial de propriedade intelectual limitam esta transferência. Em matéria de comércio, a conclusão da Rodada de Doha continua pendente. A governança multilateral atual não foi capaz de responder ao desafio urgente de alcançar uma maior coerência entre as condições que resultam dos mecanismos e fóruns mundiais e as necessidades reais dos países da região. A esse respeito, é preciso implementar mudanças na governança internacional para o desenvolvimento sustentável de modo que assegure coerência entre as organizações relacionadas com o desenvolvimento e com os diversos acordos internacionais, assim como entre as negociações e os compromissos assumidos nos fóruns internacionais (comerciais, climáticos, ambientais e financeiros, entre outros).

Deve-se alentar os governos a ratificar e implementar os instrumentos internacionais que favorecem um desenvolvimento mais sustentável e protegem os direitos dos grupos em situação de desvantagem. Também é essencial desenvolver a cooperação e os acordos de escala regional para o desenvolvimento sustentável, em particular para a gradual internalização dos custos ambientais, para contabilizar a riqueza e o patrimônio, incluindo o patrimônio natural e cultural das nações, e para avançar na implementação do Princípio 10 da Declaração do Rio.

VI. REFLEXÕES FINAIS

A Rio+20 representa uma oportunidade para redefinir a visão do desenvolvimento futuro que os países querem alcançar, com o ser humano no centro e no contexto atual. As propostas deste documento, junto com numerosas iniciativas afins, permitem alimentar estas visões. Contudo, o desafio do desenvolvimento sustentável interpela em última instância os principais atores —Estados, agentes econômicos privados e sociedade civil— quanto aos valores que inspiram sua ação. Os Estados, por meio dos governos e seus aparelhos públicos, devem garantir a equidade e igualdade dos cidadãos em suas possibilidades e potencialidades e, com a colaboração dos agentes econômicos privados, fazer com que os mercados dêem os sinais corretos de curto e longo prazo a favor da sustentabilidade do desenvolvimento. A essência da atividade econômica deve poder concentrar-se na satisfação de necessidades humanas e manter a integridade do meio ambiente e das pessoas. A sociedade civil, por sua vez, enfrenta o imperativo de desenvolver-se —em termos de saúde, educação, cultura e dimensão espiritual, entre outros— de forma criativa e responsável, num espaço de liberdade.

O estabelecimento de acordos ou compromissos comuns no âmbito regional ou mundial, baseados em indicadores de desenvolvimento sustentável acordados previamente, poderia ajudar a transição para a plena internalização dos custos ambientais e a geração de mecanismos de gradualismo e de compensação para os setores que serão afetados de maneira significativa no curto ou médio prazo pela variação dos preços relativos produzida pelo reconhecimento de tais custos.

Este relatório apresenta os avanços e as brechas com relação ao desenvolvimento sustentável desde 1992. Ele descreve uma situação ambiental, social, econômica e institucional premente. Sobretudo, indica o enorme espaço de melhora da gestão econômica para torná-la mais integral e de acordo com um conceito de desenvolvimento inclusivo e sustentável. O objetivo das diretrizes propostas é aproveitar a oportunidade que Rio+20 representa de redefinir a visão do desenvolvimento futuro que os países querem alcançar.

“A ciência e a economia nos indicam que o caminho que empreendemos não é sustentável. Os ecossistemas estão sob pressão. As economias cambaleiam. O ser humano continua aumentando sua sede de recursos. Temos que traçar um novo rumo mais sustentável para o futuro, que fortaleça a igualdade e o crescimento econômico e proteja ao mesmo tempo nosso planeta. O desenvolvimento sustentável é nossa melhor oportunidade para empreender essa nova direção”

Palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, por ocasião do lançamento do relatório “Pessoas resilientes num planeta resiliente: um futuro que vale a pena escolher” (A/66/700) (Addis Abeba, 30 de janeiro de 2012).

